

Amazônia: Modêlos Econômicos, Ideologia e História

Francisco de Assis Costa¹

1. Introdução

A história do atropelamento da Amazônia e seus povos pela via ocidental de desenvolvimento da humanidade evolui por uma lógica contrária à lógica da natureza. Pois esta se reproduz como totalidade pela criação de ecossistemas particulares, como o da Amazônia, por exemplo, através dos quais os circuitos gerais dos seus elementos se refazem continuamente. Na unidade entre particular e geral, aqui, o geral se desenvolve para o particular. E o geral só pode se expressar através do particular. A diversidade parece ser o "produto natural" da história de uma "natureza para si" no planeta terra...

A história humana sob o capital, entretanto, se faz pelo desenvolvimento do particular para o geral. O modo de produção especificamente europeu ocidental torna-se sistema mundial através de dois movimentos interligados: um que produz, com base em formas concretas de trabalho de uma mesma formação econômico-social, trabalho abstrato, isto é, trabalho socialmente objetivado, que se forma pela divisão social do trabalho no quadro da generalização dos circuitos da mercadoria, do dinheiro e do capital; e um outro movimento que se configura na expansão desses circuitos, na sua transformação em processos mundiais, em mecanismos de integração de diferentes formas sociais de trabalho concreto. Através do segundo movimento as formas de produção específicas são integradas; através do primeiro elas são homogeneizadas.

Em ambos os movimentos nada é neutro, na medida

¹ Professor e Pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA e do Depto. de História da Universidade Federal do Pará

em que nada é natural. Considerando que cada forma de trabalho humano concreto supõe uma natureza concreta como objeto, a integração de diferentes formas de trabalho socialmente organizado é, de um lado, a transformação dos valores de uso por elas produzidos em valor de troca e, de outro lado, a inclusão de natureza específica nos circuitos mundiais do capital. A história dessa natureza se explica de agora em diante também através dessa vinculação e das tendências homogeneizadoras dela derivada - das tendências que atuam no sentido de afirmar, para ecossistemas distintos, procedimentos derivados das relações do homem com uma manifestação particular da natureza.

Esses movimentos, nas suas verificações concretas, não raro observam uma faseologia: em primeiro lugar, universalizam-se as relações de troca, montando-se um sistema cujo centro é a mercadoria; num segundo momento, estabelecem-se as relações de propriedade e, com base nestas, relações sociais próprias do sistema em expansão e, por fim, afirma-se sua base técnica. Todavia, nada é pré-fixado no tempo, de modo que tais dinâmicas tanto se fizeram no passado quanto estão presentes hoje na história da região.

Também nada se faz por relações mecânicas nem unilaterais. Na verdade, o processo de inserção (integração+homogeneização) da Amazônia ao capitalismo tem se feito de tal modo que, ao lado de uma integração geográfica, uma estratégia de homogeneização (sempre referenciada por um modelo econômico) sistematicamente perseguida é negada dialéticamente por condições objetivas derivadas, no fundamental, da especificidade do ecossistema. Como síntese produz-se, ao final, estruturas reais-concretas que por muito tempo vão caracterizar a economia e sociedades regionais - até que uma crise venha provocar nova investida homogeneizadora e o reinício do movimento.

2. Ideal Agrícola versus Realidade Extrativista

Quando os portugueses aqui chegaram, em 1616, buscavam tornar a região uma extensão da economia colonial fundada no modelo da *plantation*, portanto na produção agrícola de mercadorias coloniais e baseada na utilização de mão de obra escrava africana. Os religiosos, em particular os jesuítas, também demandaram a Amazônia com o intuito de reproduzir entre nós seu bem sucedido modelo das reduções guaraníes no Paraguai, no Paraná e no Prata. Breve se demonstrou a baixa produtividade do solo e, a ela associada, a baixa rentabilidade mercantil de produtos como açúcar e tabaco. Já ao longo do séc. XVII afirma-se a produção extrativa das "drogas do sertão" como a verdadeira base econômica do empreendimento colonial na Amazônia. O ideal da agricultura deu lugar, assim, ao longo de quase todo período colonial, à prática sistemática e dominante do extrativismo de coleta. Essa mudança, não foi simples nem pacífica pois, ao mesmo tempo que exigiu a montagem de estruturas novas, não criou uma ideologia correspondente que pudesse naturalizar as relações a ela inerentes.

A condição imposta pela economia das "drogas do sertão", de que a mão de obra conhecesse o ecossistema amazônico como seu objeto de trabalho, excluiu a possibilidade da utilização de outro tipo de força de trabalho que não a indígena local, o que levou à formação de uma estrutura própria para atender as necessidades de trabalho da colônia. Aqui, nem o escravismo resolvia, para os colonos, o problema de dispor da mão de obra especializada, nem as missões religiosas poderiam ser autárquicas. Formaram-se, assim, os aldeamentos indígenas administrados pelas ordens religiosas, os quais se distinguiam das missões alhures porque obrigados a repartir a força de trabalho com os leigos.

Se, por um lado, se conformou, na segunda metade do século XVII, com base nessas relações uma economia que funcionava (em alguns momentos até brilhantemente², ao contrário do que diz a historiografia tradicional), por outra parte a ideologia dominante era francamente reprovadora do extrativismo. As menções ao caráter bárbaro do extrativismo se avolumam de Antônio Vieira, o organizador dos aldeamentos jesuíticos, até Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o executor das reformas pombalinas na região em meados do sec. XVIII. O que leva a unidade de opiniões entre protagonistas tão distintos do ponto de vista de suas posições relativas no tempo e na ordem colonial é a aproximação ideológica naquilo que, de um lado, identifica o empreendimento colonial com civilização; e, de outro, civilização com cristianização.

Por transitividade, uma aproximação dessas duas relações produz, em última instância, a divinização do colonialismo. Equivalência que, todavia, não se faz de forma direta, mas pela mediação de diversas outras noções necessárias: o colonialismo é portador da civilização porque atua na transformação da natureza bruta - compreendida em relação ao homem e à natureza - como espaço vazio, passível da ocupação pelo mal, lugar da desordem, não tocado por Deus, portanto, domínio do diabo - tornando-a um *locus* pleno de novos homens ganhos para a verdade pelo trabalho e pela disciplina. As polaridades ideológicas se constroem, pois, opondo natureza bruta (e homens a ela associados) à natureza transformada (e os homens que a transformam) do mesmo modo que opõe a barbárie à civilização. A ordem colonial na Amazônia colocava, portanto, o problema de como justificar o extrativismo de coleta (não "transformador") como obra civilizatória, cristã.

² Ver Costa, Francisco de Assis - Crises e Mudanças Estruturais nos Sec. XVII e XVIII na Amazônia. NAEA/UFPa, mimeografado, 1990.

A esse problema juntava-se outro, de ordem estrutural: o extrativismo padece de uma contradição que é ao mesmo tempo sua fortaleza e sua fraqueza. Ele se desenvolve tendo como suposto o monopólio da produção por ecossistemas específicos. Nada associa, portanto, o estoque disponível na natureza originária do produto em questão com o ritmo de formação das necessidades sociais respectivas. Origina-se daí uma tensão, materializada em preços cada vez mais altos (e, do ponto de vista meramente mercantil, aí encontra-se sua fortaleza), que conduz ou à destruição da base produtiva ou à substituição da forma de produção e da quebra do monopólio da natureza originária, pela "domesticação" do produto em questão - o que não precisa ser feito no lugar mesmo onde se dá a produção extrativa - fazendo despencar os preços e colocando em cheque a própria base da economia³.

Na Amazônia colonial, a primeira crise profunda do modo de produção extrativo vigente resulta da queda vertiginosa do preço no mercado mundial do cacau, produto que respondia, no início da década dos quarenta do sec. XVIII, por aproximadamente 90% do valor exportado pela região amazônica⁴. Nas explicações correntes, a miséria da crise é identificada como "miséria" do extrativismo e, por extensão, "miséria" resultante da insignificância da agricultura, da insipiência da civilização. Que o trabalho extrativo permitia a acumulação de riqueza, que as querelas coloniais entre leigos e religiosos se faziam em torno da apropriação dos frutos do trabalho pecaminoso, pois em promiscuidade com a natureza bruta; enfim, que a realidade da produção de mercadorias e da reprodução social se assentava sobre o extrativismo, isso só poderia ser

³ Costa, Francisco de Assis - Bauern, Märkte und Kapitalakkumulation. Verlag Breitenbach Publishers, Saarbrücken-Fort Lauderdale, 1989.

⁴ Alden, Dauril - O Significado da Produção de Cacau na Região Amazônica. NAEA/FIPAM, Belém-Pa, 1974.

entendido como situação excepcional, como tal necessariamente provisória pois insegura do ponto de vista econômico e pervertida do ponto de vista moral. Uma situação provisória pela qual o mercantilismo europeu, enquanto extrator de lucros, é perduado; o pecado se explicando pela fraqueza moral do extrator local, do trabalhador que sucumbe à tentação do ócio, ao canto da sereia, ao doce veneno da fácil, desregrada e nômade atividade de coleta.

Esse discurso, sistematizado já nos primeiros séculos da colonização da Amazônia, vai ser reprisado continuamente. Não há relatório de poderosos ou escritos de bem pensantes, em que ele não esteja presente. Adaptando-se, naturalmente, às evoluções contingentes que se processam nas sua fonte. É assim, que, por exemplo, os liberais da metade século XIX, impregnados das verdades positivistas, vão acrescentar à noção de *civilização* a do *progresso* e substituir o peso da racionalidade religiosa pela religião da racionalidade. Ao que os tecnocratas arautos da modernização conservadora da ditadura de 1964, vão adicionar, um século depois, os conceitos de desenvolvimento como processo possível pelo autoritarismo.

O anseio de que tudo se trataria de situação provisória, de que a agricultura viesse, enfim, afirmar o seu primado, é o elemento invariante de todos estes momentos. Com Pombal ele adquire, pela primeira vez, a condição de política de estado. A estratégia perseguida foi explicitada pelo Governador Geral do Grão Pará em carta ao Rei de 18 de janeiro de 1753 e instrumentalizada por um conjunto de medidas, algumas drásticas, que são tomadas até 1755. Buscou-se implementar a agricultura pela facilitação da importação de equipamentos, em particular do escravo negro, e da garantia de preços e transporte para a produção obtida. Importaram-se, ao longo dos vinte anos que durou a Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão, especialmente fundada como instrumento fundamental de implementação das

políticas concebidas, 14.749 negros e buscou-se a implementação de novas culturas⁵. Efêmeros parecem ter sido esses esforços. No período 1771-1775, quinquênio final das atividades da Companhia que se extinguiu em 1777, a produção extrativa representava 84% das exportações regionais - 2% a mais do que no quinquênio 1756-1760, primeiro da vigência da referida empresa⁶.

Os discursos liberais e em favor de uma ordem agrária de meados do século dezenove⁷ fazem-se na aurora do período que vem se configurar no ápice da economia extrativa da Amazônia: o chamado "período áureo da borracha".⁸ Desenvolveram-se, entretanto, políticas afirmadoras do ideal agrícola, em particular as que dizem respeito à colonização por agricultores estrangeiros - pois o homem local era por demais viciado no extrativismo para tronar-se sedentário, agrícola, civilizado⁹.

Por último, sistematiza-se, a partir dos anos 20 deste século, referenciado pela própria *débacle* da economia dos seringais, a última e mais drástica investida no sentido da homogeneização civilizadora. Trata-se da estratégia que privilegiaria o grande capital como a unidade de atuação central no processo de inserção da região aos circuitos de acumulação capitalista. A estratégia de atrair as grandes empresas com incentivos fiscais e outros benefícios,

⁵ Nunes Dias, Manuel - Fomento e Mercantilismo: A Companhia Geral do Grão-Pará e do Maranhão. UFPa, Belém, 1970.

⁶ Ver Costa, Francisco de Assis - O Comércio Estruturais nos Sec. XVII e XVIII na Amazônia. NAEA/UFPa, mimeografado, 1990..

⁷ Ver Oliveira Filho, João Pacheco de - O Caboclo e o Brabo. In: Silveira, Bl36 nio - Encontros com a Civilização Brasileira, n.11:101-140. Civ. Brasileira, R. de Janeiro, 1979.

⁸ Analisado por Santos, R. A. de Oliveira - História Econômica da Amazônia: 180-1920. T. A. Queiroz, S. Paulo, 1980.

⁹ Penteado, A. Rocha - Problemas de Colonização e de uso da Terra na Região Bragantina no Estado do Pará. UFPa, Belém, 1970.

levando-a a aplicar esforços no sentido de dominar a natureza indócil, delinea-se no episódio que levou à mundialmente conhecida experiência da Ford Motor Co. de plantar seringueira na região do Tapajós¹⁰. Em 1945 aquela que já fora a maior empresa capitalista do mundo desistia de seu empreendimento amazônico e a produção de borracha continuava praticamente 100% exportativa.

A ditadura militar da início, em 1965, com a chamada "operação amazônia" a imbuída capítulo desta saga com uma fúria sem precedentes¹¹. Reedita agora como estratégia de poder central, o modelo tentado por Ford, da agropecuária ou agro-indústria gigante. Até 1985 (623 dessas grandes empresas (384 agropecuárias e 44 agroindustriais) foram incentivadas com incentivos fiscais da ordem de US\$ 347,6 milhões de dólares. Cada empresa agropecuária recebeu em média US\$ 1,2 e cada agroindustrial 4,9 milhões de dólares. Associada a essa política de concessão de recursos e favores fiscais, a nova estratégia de homogeneização, de imposição da agricultura como base técnica de desenvolvimento regional incorpora uma política de terras que, por diversas vias, legais e ilegais, induziu a que as maiores empresas do país e os maiores grupos familiares latifundiários se apropriassem de terras em extensão de, estimo, de 12 milhões de hectares¹¹. Um balanço, após 20 anos de política mostra que 87,7% das empresas ou não conseguiram se estruturar produtivamente ou apresentavam prejuízos sistemáticos. E na base do malogro, não está a pura especulação - antes o que explica o fracasso é, novamente, a incapacidade técnica, a dificuldade de dominar os elementos da natureza impar amazônica. O setor

¹⁰ Costa, Francisco de Assis - Grande Capital e Agricultura na Amazônia: a experiência da Ford Motors Co. em Fordlândia e Belterra. Ed. CEJUP, Belém, no Prelo.

¹¹ Análise já elaborada em Costa, Francisco de Assis - A Grande Empresa Agropecuária no Contexto das Políticas de Estado para a Amazônia. NAEA/UEPA, Relatório de Pesquisa.

pecuário moderno, que se pretendeu formar em substituição às formas extrativas atrasadas, ou de agricultura camponesa da fronteira agrícola, não se formou.

3. Ideologia, Prática Política e Construção de Realidades

Estes sucessivos fracassos não têm sido, todavia, neutros. Não passam sem rastro. Deles resultaram as estruturas que conformam, hoje, a realidade sócio-econômica regional.

Da política de Pombal emerge o campesinato caboclo, cuja reprodução supõe a reprodução da natureza originária. Esta estrutura de produção, que se fortalece com o evoluir da segunda metade do século XVIII e a decadência da antiga estrutura dos aldeamentos, vai ser responsável pela primeira fase do já mencionado período áureo da borracha (até 1870), se desfuncionalizando (mas nem de longe perdendo vitalidade) a partir daí para as necessidades mundiais da acumulação com base na borracha vegetal¹². Ao longo do último quartel do sec. XIX monta-se a estrutura dos seringais - um sistema de coerção estrita de força de trabalho -, responsável pelos récores de produção que se obtém até o colapso de 1912-14. A partir daí, e sobre as ruínas dos seringais, revitaliza-se, expande-se o campesinato caboclo, ganhando as áreas do acre e dos altos rios.

Do fracasso da colonização agrícola com estrangeiros emergiu a realidade da Micrôregião Bragantina: um campesinato agrícola que se expandirá de forma resoluta com os seringueiros migrantes nordestinos retornados dos seringais fracassados e com os fluxos migratórios diretos

¹² Costa, Francisco de Assis - Bauern, Märkte und Kapitalak'... Verlag Breitenbach Publishers, Saarbrücken-Fort Lauderdale, 1989.

que até os anos 50 se fizeram de estados como Ceará e Maranhão para aquela área. Essas regiões foram substituídas a partir do final do anos cinquenta pelas microrregiões do Estado do Pará-Guajará, Marabá, Araguaia Paraense e Xingu e pelo território federal (hoje estado) de Rondônia como espaço de desenvolvimento da "Fronteira agrícola baseada no campesinato.

A política de desenvolvimento com base na empresa pecuária gigante foi, como se frisou, a "expressão amazonense" da "modernização conservadora" da agricultura empreendida pela ditadura. Se pretendeu, antes de mais nada, dinamizar a agricultura nas áreas de colonização antiga do país sem, contudo, ter que efetuar, ali, qualquer reforma agrária. Urgia, para isso, a montagem de um setor industrial de produção de insumos modernos para a agricultura e de subsetores modernos da agricultura que demandassem esses insumos. O crédito subsidiado para investimentos no setor e incentivos fiscais setoriais e regionais, como no caso da Amazônia, foram acionados como principais instrumentos de política nesse mister. Sem maiores resultados econômicos para apresentar, a política, entretanto, colocou em questão a disponibilidade de terras para a expansão da agricultura familiar na fronteira agrícola e redefiniu a estrutura da propriedade fundiária na região a partir de três movimentos: a) territorializou, na Amazônia, frações de capital urbano, em particular aquelas frações maiores do capital total em valorização no país; b) latifundizou na região tanto aquelas frações de capital originadas nas primeiras fases da industrialização brasileira (que gestam-se e mantêm-se umbilicalmente ligadas ao agrário¹³) quanto também e particularmente aquelas que até então não se ligavam à propriedade do solo rural, como, p. ex., as grandes empresas industriais estrangeiras e c) capitaliza e acresce o domínio

¹³ Cardoso de Mello, J. M. - O Capitalismo Tardio, Brasiliense, S. Paulo, 1987.

territorial - fortalecendo, portanto - o latifúndio tradicional do sul do País, numa fase inicial, e da região amazônica, na primeira metade dos anos cinquenta¹⁴. Na sua gênese e no seu resultado, portanto, a investida recente de homogeneização das relações técnicas e sociais da Amazônia negam reformas na distorcida estrutura fundiária do país, impondo problemas novos para a realização indispensável de uma abrangente reforma agrária, uma vez que reafirma, estendendo de forma definitiva para a Amazônia, a propriedade da terra como via de acumulação de vastos setores do capitalismo brasileiro.

Sem reforma agrária nas áreas antigas do Brasil, a "fronteira agrícola", um fato estrutural do desenvolvimento brasileiro que se realiza na Amazônia de forma intensa desde o início dos anos 60, continua a ser alimentada por levadas incontrolláveis de migrantes, expropriados que buscam na Amazônia a possibilidade de reestruturação social, de sobrevivência cultural, econômica e social como camponeses¹⁵. Ao contrário do que ocorre com o grande capital, ao camponês não é dado qualquer subsídio. O elemento fundamental da sua realidade econômica não é o estado "bem feitor", mas sim o capital mercantil que assume funções estruturadoras e medeia relações de exploração sistêmicas no interior das quais qualquer estrutura econômica teria dificuldade de sobreviver, nenhuma forma de produção poderia mostrar suas potencialidades como fundamento de uma nova dinâmica, de uma nova via de desenvolvimento. A estratégia da ditadura militar, mantida na Nova República e até hoje não negada pelo novo governo, subsidiando a grande empresa contra as formas camponesas de ocupação regional sem nenhum apoio estrutural cria uma

¹⁴ Ver Costa, Francisco de Assis - A Grande Empresa Agropecuária no Contexto das Políticas de Estado para a Amazônia. NAEA/UFPa, Relatório de Pesquisa, 1989.

¹⁵ Martins, J. de Souza - Expropriação e Violência (a questão política no campo). Hucitec, S. Paulo, 1980.

assimetria perversa. São retiradas para as empresas capitalistas as regulações de mercado e os riscos. As formas não capitalistas, por seu turno, em seu processo de reprodução são submetidas a parâmetros estreitos, com elevados graus de risco e instabilidade impostos pelas formas concorrenciais, porém "mercantís e usurárias, de inserção da produção da fronteira"¹⁶. As primeiras tiveram tudo para mostrar o seu potencial como base de uma política de desenvolvimento... e fracassaram, tornaram-se exemplo de depredação pois incentivadas para experimentos. As segundas jamais tiveram chance de experimentar, pois desprezadas... por/isso itinerantes e frágeis.

Enfim, a Amazônia tem vivido diferentes momentos onde a produção extrativa, fundada na diversidade e especificidade do seu ecossistema e se reproduzindo com ela, tem sido sistematicamente negada por uma ideologia agrária, homogeneizante (associada a um sistema econômico mundial que tem dificuldade de valorizar - no sentido literal - o diverso) que invariavelmente se materializa numa prática política com efeitos estruturais sempre significativos, onde, se de um lado a homogeneização tal como se propõe tem sido negada, de outro, alterações sociais, técnicas e ecológicas profundas têm tido lugar. Como síntese histórica das múltiplas descontinuidades e algumas invariâncias, chegou-se, nos anos oitenta, à uma conformação estrutural cujas contradições internas e externas vêm definindo as dinâmicas recentes e, possivelmente, referirão os problemas daquilo que poderá vir a ser o modelo futuro de exploração da Amazônia.

4. Ideal Extrativo versus Prática Agrícola: contradição do futuro?

¹⁶ Costa, Francisco de Assis - Valor e Preço, Exploração e Lucro da Produção Camponesa na Amazônia: crítica à noção de funcionalidade da produção familiar na fronteira agrícola. Boletim de Antropologia do Museu Paraense Emílio Goeldi, número especial, no prelo.

Ao longo dos anos citenta vários desenvolvimentos se processaram dando à questão amazônica uma nova dimensão. A mais visível dessas evoluções passou-se na opinião pública mundial, que não só tomou conhecimento da Amazônia, como incorporou-a como uma de suas preocupações cotidianas. Esse processo operou-se associado à evolução recente da consciência ecológica formada a partir da crise ecológica geral no mundo capitalista. A inserção da Amazônia nessa consciência resultou das relações que em diversos momentos e de formas variadas (desde a hipótese da "Amazônica-pulmão-do-mundo" até a teoria do "efeito estufa") se estabeleceu entre a ocupação recente da região e o agravamento das já preocupantes condições do meio ambiente nos países industrializados. Paralelo a esse fato evolui, internamente à região, manifestações políticas de negação à dinâmica homogeneizadora. Em particular ressalta-se a elevação da unidade política dos povos indígenas e os novos níveis de organização e luta dos seringueiros do acre e de outros camponeses caboclos como os do baixo amazonas, por exemplo. Na segunda metade da década acontece a aproximação, convergência e intersecção entre a consciência ecológica do primeiro mundo com as necessidades políticas do movimento dos povos da florestas, que unia as reivindicações unificadas de caboclos e índios contra a expansão da privatização das terras da Amazônia pelo latifúndio e sua utilização destrutiva pela pecuária e pela *plantation*. Daí emerge um fato realmente novo na história das relações entre civilização ocidental e Amazônia: cria-se uma ideologia extrativa, que valoriza a diversidade, que nega a homogeneidade agrária na Amazônia.

Evoluções positivas nessa direção não se fizeram somente no plano da ideologia. Há desenvolvimentos, tanto no plano mundial como local, de tecnologias que valorizam (isto é, dão um sentido econômico) a diversidade das florestas

tropicais. Exemplos disso são os assombrosos avanços recentes da bio-tecnologia, da farmacêutica e, mesmo, da bio-genética colocando possibilidades novas de exploração do ecossistema amazônico. Curiosamente, grandes avanços das forças produtivas no plano mundial podem vir a redimensionar o extrativismo na Amazônia, "na medida em que redefinem, na materialidade da reprodução da humanidade, o papel da "natureza bruta".

Por outra parte, os métodos de manejo do ecossistema pelos povos da floresta (dos índios e das formas camponesas caboclas - desde as mais antigas até as mais recentes) vem sendo estudados e conhecidos de forma mais sistemática, grangeando reconhecimento e respeito cada vez mais definitivos da comunidade científica internacional e encontrando caminhos de divulgação.

Para alguns, tudo leva a crer nas possibilidades de um modelo extrativista radical. Tem-se, agora, uma ideologia extrativista e, aparentemente, seus fundamentos materiais e os sujeitos históricos de sua afirmação: pressão (da consciência ecológica) internacional e luta interna de caboclos e índios. Com base nessa pressunção se aplaude toda e qualquer medida de política que se faça nessa direção.

Por meu turno, não consigo me livrar da impressão de que essa grande novidade chegou, por ironia da história, num momento em que as condições estruturais lhes são adversas - do mesmo modo que a ideologia agrária em épocas pretéritas. Por outro lado, nas práticas políticas que começam a se legitimar com base no verde, manifesta-se de forma cada vez mais clara o modo como ela está sendo funcionalizada para fortalecer o latifúndio e desmobilizar a fração agrícola do campesinato (pelas crescentes exigências burocráticas do IBAMA para abertura de roças, pela não inclusão da região amazônica na atual política de preços mínimos, pelas restrições ao crédito agrícola à pequena

produção, etc.). E, fortalecido mais ainda o latifúndio, nenhum povo da floresta está seguro. Principalmente se a consciência ecológica internacional estiver disposta a pagar caro. Meu receio é, pois, que como em outros momentos, perseguindo-se um modelo, buscando-se a materialização de uma ideologia se esteja produzindo efeitos não cogitadas e agravando mais ainda a perversidade da nossa estrutura agrária - fundamento maior do nosso autoritarismo e de nossas desigualdades e injustiças sociais.